

AS ENTIDADES SINDICAIS E A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES

Silvia Maria Manfredi

Da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

RESUMO

Neste artigo procuramos, de forma resumida, promover uma rápida caracterização das práticas e serviços educativos realizados por entidades e agências ligadas ao sindicalismo urbano em São Paulo, no período de 1960 a 1978. Para tal adotamos uma periodização que privilegia os seguintes momentos: início dos anos 60, 1964 a 1974 e período posterior a 1975.

No primeiro período as práticas de educação sindical foram desenvolvidas principalmente por agências externas ao movimento sindical, controladas pelo governo; voltavam-se, ora para os dirigentes sindicais, ora para os associados. A educação oferecida aos dirigentes era utilizada como um instrumento de perpetuação da estrutura sindical controlada pelo Estado. Ao mesmo tempo os cursos oferecidos aos associados tinham o caráter de suplência em relação ao ensino público oficial.

No período imediatamente posterior a 1964 observaram-se poucas alterações nas propostas de educação sindical. Na verdade aumentam os cursos de caráter supletivo oferecidos aos associados. Mas, no período de 1970 a 1974 começam a ser criados, como parte do movimento de resistência ao golpe de 64, os cursos de capacitação sindical de iniciativa própria dos sindicatos mais avançados. Tais cursos têm por objetivo servir a uma prática mais congruente com o movimento sindical que procura organizar os trabalhadores.

No período de 75 esboça-se uma tendência no sentido de diminuição de ofertas de cursos de suplência e incremento de cursos, palestras, seminários e congressos voltados para as necessidades das entidades sindicais. Tais iniciativas educacionais passam cada vez mais a serem consumidas pelos próprios sindicatos.

SUMMARY

The author intends to characterize the educational practices and services developed by institutions related to urban labor unionism in São Paulo, between 1960 and 1978. This period was divided in three phases: 1960 to 1963, 1964 to 1974 and 1975 to 1978.

In the first phase the practices of labor union education were developed mainly by agencies external to the union movement, controlled by the government, and offered sometimes to the union leaders and sometimes to the associates. The education offered to the leaders was used as a tool for maintaining the union structure controlled by the government. The courses offered to the associates were short versions of regular school courses. During the beginning of the second phase there were not many changes in the union education, except for an increase in courses for associates. But between 1970 and 1974 courses of union capacitation initiated by the more advanced unions themselves started to be created as a part of the resistance movement to the coup of 1964. These courses have the objective to serve a practice more compatible with the union movement that was trying to organize the workers.

After 1975 there is a tendency of a decrease in school-like courses, and an increase in courses, conferences, seminars and congresses concerned with the union institutions. These initiatives start to be more and more consumed by the unions themselves.

Quando se fala em educação da classe trabalhadora pode-se distinguir vários níveis de análise. Tomando o termo educação em sua acepção mais ampla, pode-se falar daquele processo de educação (informal) que a própria classe operária se propicia. Aquela educação que os próprios trabalhadores proporcionam a si próprios na família, no trabalho, através de sua participação em organizações de classe (associações, partidos, sindicatos) e em movimentos sociais de natureza variada: greves, campanhas salariais, movimentos pelas reivindicações de direitos sociais e políticos etc. .

Contudo, concomitantemente a este processo de educação informal, também se pode identificar, no movimento operário-sindical, a existência de um conjunto de atividades educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas para garantir: i) a divulgação, a socialização e a reflexão do saber acumulado através das experiências de luta pelas classes subalternas, através de sua história; ii) a apropriação de certos códigos dominantes, para que possam deles se defender, ou ainda, iii) a apropriação daqueles domínios do saber acumulados historicamente numa sociedade, e ao qual a maioria dos trabalhadores não tem acesso.

Incluimos, nesta outra categoria de atividades educativas, os congressos operários, encontros, cursos, seminários, palestras etc., promovidos por suas entidades de classe e/ou organizações culturais criadas para tais fins.

Em recente estudo¹ por nós realizado, procuramos recuperar e analisar os serviços educacionais e algumas experiências de capacitação sindical, que predominaram no movimento sindical de São Paulo, no período de 1960 a 1978.

De forma resumida, procuraremos, neste artigo, fazer uma breve caracterização das práticas e serviços educativos intencionalmente desenvolvidos por entidades e agências (para-sindicais) do movimento sindical (urbano), do Estado de São Paulo.

OS SERVIÇOS EDUCACIONAIS E AS PRÁTICAS DE CAPACITAÇÃO SINDICAL, NO INÍCIO DOS ANOS 60

São poucos os estudos que retratam as experiências de capacitação no movimento sindical paulista, no período de 1964/1978. Dentre os que são de nosso conhecimento, convém ressaltar: "A Rede Sindical Paulista - Tentativa de Caracterização", de autoria de Rabello² e "Radiografia da Liderança Sindical Paulista", de Marcondes³.

Estas duas pesquisas foram realizadas no período de 1963 e 1964 e, apontam alguns dados interessantes, no que diz respeito aos serviços educacionais existentes no movimento sindical, no início da década de 60.

A pesquisa realizada por Marcondes revela alguns dados sobre a capacitação de líderes sindicais. Dos setenta e oito presidentes (de um total de noventa e seis) de organizações sindicais paulistas, foram consultados apenas trinta (23%) que haviam, em 1964, freqüentado algum tipo de curso (com duração variada de menos de um mês, até mais de um ano) sobre assuntos vinculados ao movimento sindical.

Além deste dado, é interessante notar ainda, neste relatório de pesquisa, quais foram as instituições que ministravam tais cursos, conforme Tabela 1.1., extraída da pesquisa de Marcondes.

TABELA 1.1.
INSTITUIÇÕES QUE MINISTRAVAM CURSOS PARA MILITANTES SINDICAIS - 1964

Tipo de Entidade	Nº de alunos
Entidades Sindicais Nacionais	03
Entidades Governamentais	10
Entidades Educacionais	06
Entidades Patronais	04
Entidades Internacionais	14
Outras	10
Não responderam	03
TOTAL	50

Nacionais: Confederações, Federações, Dieese, Sindicatos.

Governamentais: Ministério do Trabalho, Delegacias Regionais do Trabalho, INPS, INCRA, BNH, Fundacentro.

Educacionais: Universidades e Faculdades, C.T. Padre Sabóia.

Patronais: SENAC, SENAI, Associações Comerciais e Indústrias.

Internacionais: IADESIL, AFL-CIO, Ponto IV.

Outras: ICF.

Fonte: MARCONDES, J. V. Freitas - *Radiografia da Liderança Sindical*.

¹ MANFREDI, Sílvia Maria - Educação em Sindicatos (Quem disse que a gente não sabe?). Tese de Doutorado apresentada à F.F.L.C.H. da USP, 1983.

² RABELLO, Ophelina - *A Rede Sindical Paulista - Tentativa de Caracterização*. São Paulo, I.C.T., Vol. 4, Série Monografias Trabalhistas, 1965.

³ MARCONDES, J. V. Freitas - *Radiografia da Liderança Sindical Paulista*. São Paulo, I.C.T., Vol. 2, Série Monografias Trabalhistas, 1964.

Como mostra a Tabela 1.1., até 1964 a maior parte dos dirigentes sindicais que freqüentaram cursos de capacitação sindical fizeram-no em entidades governamentais ou internacionais.

Desta forma, sua capacitação esteve predominantemente sob o controle de agências de educação externas ao movimento sindical, ficando ora sob a orientação de instituições governamentais — Ministério do Trabalho, Delegacias Regionais do Trabalho, Instituto Nacional de Previdência Social, Banco Nacional de Habitação etc. — ora sob a orientação de instituições ligadas ao movimento sindical americano — IADESIL (Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), AFL-CIO (American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations) e Ponto IV.

O caráter exógeno pôde também ser constatado, quando se procurou levantar alguns dados referentes aos tipos de cursos oferecidos em entidades sindicais nacionais, com sede em São Paulo e Grande São Paulo.

Segundo estudo realizado em 1964, por Rabello, das setenta e uma entidades sindicais (sindicatos) existentes em São Paulo, apenas oito (ou seja, 11,3% mantinham cursos para seus associados, sendo três cursos pré-vocacionais e cinco de alfabetização. O pequeno número de cursos mantidos, além de denotar falta de interesse por esse tipo de atividade, revela também que os tipos de cursos ministrados (profissionalizantes e alfabetização) eram no sentido de oferecer algumas oportunidades de escolarização, das quais as classes trabalhadoras sempre se viram privadas, dado o caráter seletivo e elitista da rede escolar pública. Sendo assim, os tipos de cursos oferecidos em 1964, parecem indicar uma perspectiva de suplência em relação a uma atribuição que seria do Estado e, portanto, um prolongamento da orientação assistencialista, complementar aos serviços de atendimento médico-hospitalar.

As informações obtidas por intermédio dos levantamentos acima mencionados, permitem que se chegue a duas constatações: primeiro, que do ponto de vista quantitativo, eram inexpressivos os serviços educacionais prestados em entidades sindicais, e baixo o índice de dirigentes que freqüentavam cursos de capacitação; segundo, existiam dois tipos de práticas de capacitação qualitativamente diferenciadas: as que se destinavam aos dirigentes e as oferecidas aos associados.

Tais constatações parecem ser mais compreensíveis à luz da própria orientação política dominante ao nível do movimento sindical da conjuntura pré-64⁴. Para as entidades sindicais que estavam sob o controle dos dirigentes ministerialistas, nada mais legítimo do que considerar os cursos ministrados pelo Estado, através do Ministério do Trabalho, ou mesmo outras instituições governamentais, como sendo os canais "naturais" de capacitação político-ideológica.

As agências do Ministério do Trabalho contribuíam como instâncias para veicular a orientação burocrático-legalista necessária à formação dos dirigentes que assumiam a postura de verdadeiros gerentes administrativos dos sindicatos, conferindo ao aparelho sindical a função de mediar as relações entre capital e trabalho, dentro dos limites estabelecidos pela legislação traba-

lhistá e pelas normas institucionais que regem o funcionamento dos sindicatos.

Neste sentido, os cursos de capacitação para dirigentes funcionavam (virtualmente) como canais de reprodução da ideologia dominante, onde a educação constituía um dentre os vários instrumentos de perpetuação de uma estrutura sindical controlada pelo Estado.

Este tipo de capacitação convinha, pois, aos líderes que representavam a corrente ministerialista, e que controlavam alguns setores do movimento sindical.

Nesta mesma perspectiva de influência ideológica dos trabalhadores, Jover Telles também assinala o intento das Confederações (CNTI, CNTC, CNTT e CNTTMFA) em legalizar a filiação do movimento sindical às organizações internacionais CIOSL (Confederação Interamericana das Organizações dos Sindicatos Livres) e da ORIT (Organización Regional Interamericana de Trabajadores), que por sua vez também se preocupavam em organizar cursos de capacitação de dirigentes, como uma forma de controle político-ideológico do movimento sindical:

"Os imperialistas norte-americanos, por sua vez, tratam de criar também seus quadros de dirigentes "operários" (. . .) Através da CIOSL e da ORIT, organizam nos Estados Unidos cursos de formação de líderes sindicais, oferecendo bolsas de estudo com esse fim. O conteúdo fundamental desses cursos é o anticomunismo sistemático, o apoliticismo nos sindicatos, a apologia do chamado "capitalismo popular" e a pregação das vantagens da luta puramente econômica"⁵.

Os dados da pesquisa de Marcondes, como vimos, realmente confirmam a existência de tais cursos, à medida em que catorze, entre cinquenta dirigentes sindicais, haviam realizado, em 1964, cursos ministrados por entidades sindicais norte-americanas.

A conjuntura de 1960 a 1964 foi palco não só de acirrados embates político-ideológicos no interior do próprio movimento sindical, como também de enfrentamento entre a classe trabalhadora (dos setores urbanos e rurais) com os vários segmentos das classes dominantes. Esses embates permearam também as propostas de capacitação de dirigentes e militantes operários e camponeses.

Considerando a perspectiva das classes dominantes, a capacitação enquanto mecanismo de cooptação ideológica, dava-se, como mostramos, em função da utilização das instâncias tradicionais de controle do movimento operário brasileiro: entidades patronais e o próprio aparelho de Estado (Ministério do Trabalho, Delegacias Regionais de Trabalho etc.). Contudo, à medida em que o próprio Estado, sob a gestão de Goulart, ficou permeável à influência dos grupos de esquerda que iam, aos poucos, conquistando as entidades sindicais

4 Uma análise mais detalhada do movimento sindical pré-64, assim como indicações bibliográficas atinentes ao período, podem ser encontradas em MANFREDI, Sílvia M. — *Op. Cit.* Educação em Sindicatos.

5 TELLES, Jover — *O Movimento Sindical no Brasil*, 2ª ed., São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 276.

regionais e nacionais, as classes dominantes tentaram articular novos mecanismos de ação ideológica para interferir no movimento sindical. Como veremos, essa interferência se dará principalmente através do IPES/IBAD, do I.C.T., do Movimento Circulista.

Recente estudo, realizado por Dreifuss⁶, recuperando o processo de articulação dos setores da classe dominante que deram suporte ao golpe civil-militar de 1964, elucida as tentativas que estas fizeram no sentido de plasmar e direcionar o curso da história a seu favor.

No tocante à formação político-ideológica, o IPES apoiava e inspirava vários movimentos que atuavam no interior do movimento operário-sindical. Uma, dentre eles, era a Federação dos Círculos de Trabalhadores Cristãos, uma das organizações a nível nacional criadas por intermédio do movimento circulista.

Além do apoio concedido ao movimento circulista, a sessão regional de São Paulo do IPES apoiava regularmente "as atividades sindicais rurais e urbanas e a formação de militantes sindicais, canalizando fundos à SEI, sua congênere, para a manutenção de um Centro de Formação de Líderes, que produzia trezentos e cinquenta militantes por ano"⁷.

"Outra organização com a qual o IPES se ligava era o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de São Paulo, também relacionado com a SEI. O MDB de São Paulo mantinha um sítio-escola em São Paulo, onde se administravam cursos de quatro meses para militantes sindicais e das classes trabalhadoras. A sua linha era ideologicamente "anticomunista"⁸.

Um desdobramento do MDB ao nível sindical constituía o chamado Movimento Sindical Democrático (MSD), movimento anticomunista que operava com o apoio do complexo IPES/IBAD.

"O MSD gozava de facilidades extraordinárias junto à mídia audiovisual para transmitir seus objetivos ao público em geral, graças à cobertura do IPES. O MSD dissemina sua posição política por todo o movimento sindical através de intensa distribuição de panfletos e publicações próprias "como também organizava" conferências para sindicatos e Cursos de Orientação Sindical, que preparavam ideologicamente e treinavam politicamente os ativistas sindicais"⁹.

O apoio internacional para o MSD vinha da ORIT¹⁰ (Organización Regional Interamericana de Trabajadores).

Em 1963, estabelece-se um acordo entre setores do movimento sindical com a AIFLD para se criar, em São Paulo, um centro de treinamento de líderes sindicais. Surge, então, o I.C.T. (Instituto Cultural do Trabalho).

1. O Instituto Cultural do Trabalho

O I.C.T., como Sociedade Civil, foi fundado em São Paulo, em 24 de abril de 1963, com colaboração do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, de um grupo de professores universitários (da Faculdade de Direito da USP e Escola de Sociologia e Política), um grupo de sindicalistas e ainda alguns patões esclarecidos, a partir do acordo de cooperação técnica do tratado do Programa Aliança para o Progresso.

A criação do I.C.T. partiu da iniciativa de um grupo de sindicalistas brasileiros e de um sindicalista americano, Diretor do IADESIL — Serafino Romualdi.

"Quando da criação do Programa Aliança para o Progresso, os trabalhadores americanos (através de sua entidade oficial, AFL-CIO) acharam que o setor trabalhista da América Latina também deveria ser beneficiado com parte dos fundos daquele programa, já que provinham também dos impostos que eles pagavam. E aí criaram um órgão fiscalizador, o IADESIL, para acompanhar a aplicação daqueles recursos em quase toda a América Latina. Mas no Brasil, devido às dimensões continentais e a pedido de um grupo de dirigentes que se reuniram no Hotel Glória, em 1963, ficou estabelecido que se criaria uma organização específica — o I.C.T. — para que tudo não ficasse a cargo do IADESIL"¹¹.

Em São Paulo, seus idealizadores contaram com o apoio do Governador Adhemar de Barros e com a colaboração de professores universitários que já vinham tendo experiência de cursos sobre legislação trabalhista e sindical, ministrados através do Instituto de Direito Social e do Instituto dos Advogados de São Paulo.

Quando de sua fundação, o I.C.T. tinha como membros de sua Diretoria quatro doutores (Acadêmicos de Direito, membros do Instituto de Direito Social), um dirigente sindical e um representante americano. Do Conselho Consultivo faziam parte professores universitários, dirigentes sindicais, empresários, membros do clero, representantes do governo americano, do IADESIL e da AFL-CIO.

Os recursos financeiros provinham basicamente do empresariado americano, da AFL-CIO e do Programa da Aliança para o Progresso, como já ressaltamos.

Além do apoio do IADESIL, o I.C.T. contou, até o ano de 1967, com a colaboração de outras entidades internacionais:

"O I.C.T. estava também associado à Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), aos Secretariados Profissionais Interna-

6 DREIFUSS, René Armand — 1964: *A Conquista do Estado — Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes Ltda., 1981.

7 DREIFUSS, René Armand — *Op. Cit.*, p. 311.

8 DREIFUSS, René Armand — *Op. Cit.*, p. 311.

9 DREIFUSS, René Armand — *Idem*, *Ibidem*, p. 312.

10 A ORIT foi organizada em 1951 por Serafino Romualdi, contando como principais fontes a AFL-CIO, o International Solidarity Fund, da ICFTU (International Confederation of Free Trade Unions). Tanto na ideologia quanto na prática, a ORIT era o reflexo da American Federation of Labor Congress of Industrial Organizations popularmente conhecida pela sigla AFL-CIO. O objetivo principal da ORIT foi sempre "lutar contra o comunismo e promover o sindicalismo democrático". Ela pregava a reforma no sistema capitalista existente, negando a existência de "antagonismos de classe", ao mesmo tempo destacando os Estados Unidos como um exemplo das recompensas que o sistema poderia conferir às classes trabalhadoras e ao trabalho organizado.

11 Depoimento de um diretor-presidente do I.C.T., em entrevista concedida à autora, em setembro de 1982.

cionais (SPI) e ao sindicalismo brasileiro democrático, através de grande número de sindicatos, federações e confederações, organismos estes que compõem a estrutura sindical brasileira (...). O Instituto Cultural do Trabalho, logo após sua fundação, fez convênios com vários organismos internacionais que também operavam no Brasil, no campo trabalhista. Destarte e em estreita colaboração com os sindicalistas Joaquim F. Otero, representante dos Secretariados Profissionais Internacionais (SPI), Eligio Pacce, representante da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), Jacinto Lara Bernal, representante da Federação Internacional dos Empregados e Técnicos (FIET), John Snyder, representante da Internacional de Correios, Telégrafos e Telefones (ICTT) e Virgílio Ferreira da Costa, representante da Federação Internacional dos Trabalhadores Petroleiros (FITP)¹².

Os propósitos da criação do I.C.T. são claros. Constituiu-se como uma agência de capacitação que visa difundir uma orientação político-sindical nitidamente anti-comunista e antipetebista.

Os depoimentos que se referem a sua origem, confirmam as vinculações do grupo articulador do I.C.T. com o M.S.D. (Movimento Sindical Democrático) e com o movimento circulista. Esses vínculos foram por nós estabelecidos não só em função da similitude das propostas ideológicas explicitadas, mas também pelo fato de que vários dos integrantes dos movimentos acima, também faziam parte do Conselho Consultivo do I.C.T., em 1965¹³.

A partir de 1967, o I.C.T. irá sofrer transformações em sua estrutura interna e passa a ser gerido diretamente por dirigentes oriundos de entidades sindicais paulistas (Federações e Confederações). Contudo, sua proposta político-ideológica apenas se atualiza, em função das mudanças conjunturais ocorridas a partir do AI-5.

A análise e a reflexão que fizemos sobre o I.C.T., nos levaram a concluir que, tanto do ponto de vista político como pedagógico, sua proposta de capacitação (ao longo de quase 20 anos) não pode ser categorizada como sendo uma proposta alternativa, que teria, como diria Gramsci, "metas e limites de classes", considerando a ótica das classes subalternas. Pelo contrário, conserva-se dentro dos muros de um projeto educacional e político, idealizado pelas classes dominantes para as classes subalternas, no sentido de manter a sua hegemonia.

2. A Igreja Católica e as práticas de capacitação, no interior do Movimento Sindical

Alguns analistas consideram importante, quando se fala em Igreja Católica no Brasil, fazer a distinção entre os três níveis institucionais que abarcam o espaço social católico — o mundo clerical, as obras eclesiais e o mundo leigo — porque a orientação e a prática histórica dos agentes envolvidos nos três níveis relevam facetas diferentes da atuação da Igreja, no Brasil, particularmente no período por nós estudado. Assim como, nas sociedades estruturadas em classes, os conflitos de classes per-

meiam os aparelhos institucionais, o mesmo ocorre ao nível da Igreja. Os conflitos perpassam e atingem de forma diferenciada a ação da Igreja, tanto no seu nível hierárquico como no mundo leigo — o dos católicos organizados.

Considerando, por um lado, o nível do mundo leigo, ou seja, dos católicos leigos organizados em movimentos ou entidades dependentes da orientação e do controle da hierarquia eclesiais, ao nível das classes populares, poderíamos distinguir, no início da década de 60, dois tipos de movimentos: o "movimento circulista" e os movimentos tipo "JOC", "JAC", "ACR" e "ACO" (entre outros), que atuavam no espaço social católico, através da Ação Católica Brasileira. Estes dois movimentos, nascidos em conjunturas distintas, representaram, como veremos, as duas principais tendências existentes dentro do movimento sindical, como sendo de orientação "cristã".

2.1. Os Círculos Operários

O movimento dos círculos operários, cuja origem data de 1932, articula-se em oposição à Federação Operária, de orientação comunista. Atuando à margem dos sindicatos oficiais e centrando sua atuação em atividades de assistência social e de evangelização, os críticos sempre se constituíram num movimento de oposição às tendências de esquerda, mas nunca de oposição à orientação do Estado e das classes dominantes, pois sempre se pautaram por uma visão harmonizadora entre o capital e o trabalho.

Em função dessa perspectiva, sempre mantiveram contatos com o Estado através da mediação da hierarquia da Igreja Católica, para a realização de toda uma proposta de formação¹⁴ (através de cursos) para traba-

¹² MARCONDES, J. V. Freitas — Educação dos Trabalhadores e Líderes Sindicais Democráticos, in *Revista de Problemas Brasileiros*. São Paulo, Fed. do Comércio, Ano II, nº 14, maio, 1964, p. 9 e *Primeiras Atividades*. Série de Monografias Trabalhistas. São Paulo, I.C.T., vol. 1, 1964.

¹³ Ver a este respeito MANFREDI, Silvia Maria — *Op. Cit.*, parte IV — O Instituto Cultural do Trabalho e sua prática na área de capacitação sindical — pp. 177 a 214.

¹⁴ "A formação de líderes, orientação estratégica que sempre norteou a ação dos jesuítas no Brasil, os incentivadores e assistentes eclesiais dos Círculos Operários, visava formar trabalhadores segundo a sua orientação religiosa tradicional e politicamente legalista e reformista, para que estes viessem a ter uma participação junto às organizações leigas de caráter político sindical, empresarial, etc. Assim, pelo "efeito demonstração" pretendia-se, a partir de pequenos núcleos bem formados, a difusão e transferência dos valores cristãos da organização à sociedade". In Felícissimo, José Roberto — *A Organização Para-Sindical no Brasil: Notas para um Estudo*. São Paulo, maio, 1977, p. 13, ed. mimeo. A respeito da orientação político-ideológica do Movimento Circulista ver os trabalhos de Wiarda, J. Howard — *O Movimento Operário Católico Brasileiro — Os Dilemas do Desenvolvimento Nacional*. Centro de Relações Trabalhistas e de Pesquisa, University of Massachusetts, USA, publicado pelo Centro João XXIII, Rio de Janeiro, 1974, ed. mimeo.; Brandão, Berenice Cavalcante — *O Movimento Católico Leigo no Brasil* (as relações entre Igreja e Estado — 1930/1937). Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1975.

lhadores, articulada em torno de uma estrutura operativa e organizacional criada pelo movimento a partir de 1937, a CNCO (Confederação Nacional dos Operários Católicos).

A nível local, o movimento funcionava através de núcleos designados Círculos Operários. No plano estadual, organizavam-se as Federações e a nível nacional, a Confederação.

"O movimento circulista atingiu o Estado de São Paulo em 1938. Aproveitando-se da existência do Centro Operário Católico Metropolitano, cujas finalidades eram quase as mesmas dos Círculos Operários, foi o mesmo transformado no Círculo Operário Paulistano (...) Nesse mesmo ano foram fundados os Círculos Operários do Ipiranga e da Penha. Nos anos seguintes os Círculos foram se multiplicando, surgindo o da Moóca, São Miguel Paulista, Lapa, Santo Amaro, Indianópolis, Itaquera, Vila Prudente, Pinheiros, aparecendo mais tarde os do interior"¹⁵.

Simultaneamente à fundação dos Círculos, surgiu a Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo.

Até 1964, existiam no Estado de São Paulo sessenta círculos, sendo quinze na Capital e quarenta e cinco nas cidades do interior, com um total de duzentos mil sócios. Em virtude de sua orientação e práxis definida sempre a partir dos marcos de um modelo social e político estabelecido para e pelas classes dominantes, o movimento circulista nunca constituiu um obstáculo para os grupos detentores do poder. Contudo, a partir de 1954 o movimento passa por uma fase de esvaziamento, com a evasão dos elementos mais dinâmicos que atuavam no movimento sindical¹⁶. Isto ocorreu em virtude de duas razões: primeiro, porque na "órbita dos movimentos católicos" surgem novos grupos e, segundo, porque as próprias condições conjunturais, tanto políticas quanto econômicas mudaram com a ascensão dos governos populistas, redefinindo-se paulatinamente as relações e conflitos entre as diferentes classes sociais na sociedade brasileira, conflitos estes que desembocaram, como sabemos, no Golpe de 1964.

Para fazer face a esse esvaziamento, o movimento procura se revitalizar, atuando cada vez mais na área de formação. No período pré-1964, o movimento circulista contou com o apoio do complexo IPES/IBAD que conforme ressaltou Dreifuss, "patrocinava e orientava politicamente a Federação dos Círculos Operários de São Paulo (F.C.O.), uma organização 'guarda-chuva' para cerca de oitenta Círculos, que reunia aproximadamente duzentos mil associados e era liderada, na época, por José Rotta, dirigente do Sindicato dos Alfaiates e Costureiras"¹⁷.

Ainda segundo Dreifuss, o IPES também apoiava a CNCO financeira e tecnicamente. Em 1955, o IPES "patrocinou" os congressos nacionais para os Círculos Operários. Um dos resultados do VII Congresso Nacional dos Círculos Operários foi o lançamento da Escola de Líderes Sindicais ELO em doze diferentes capitais de Estado¹⁸.

Algumas dessas escolas continuam funcionando até nossos dias, segundo informações obtidas através

dos trabalhos de Wiarda¹⁹, embora algumas tenham sido desativadas depois de 1964.

No começo dos anos 60, "os resultados das escolas de líderes e a militância trabalhista dos circulistas, associados e líderes, começaram a ser notados. Em nível

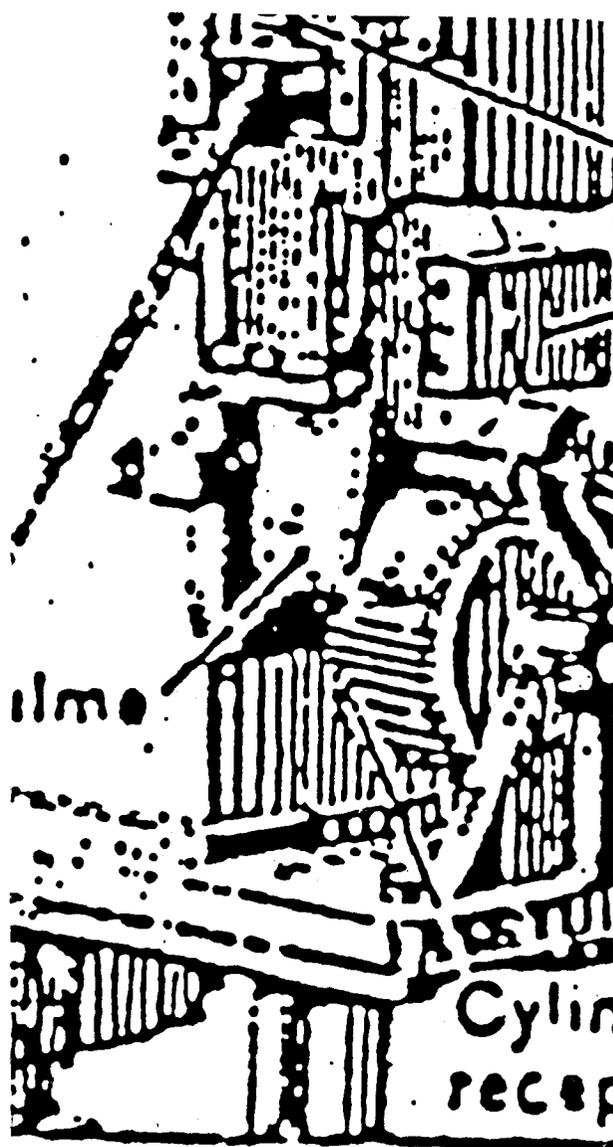
¹⁵ Depoimento escrito por um membro dos Círculos Operários de São Paulo, ed. mimeo., 1981.

¹⁶ FELICÍSSIMO, José Roberto — *Op. Cit.*, p. 9.

¹⁷ DREIFUSS, René Armand — *Op. Cit.*, pp. 309-310.

¹⁸ A ELO oferecia dois tipos de cursos: os *cursos populares* para a preparação sindical nos distritos de classes trabalhadoras e os *cursos intensivos* de formação de líderes. Ambos visavam preparar os trabalhadores dentro dos princípios da doutrina social cristã, para reagirem às investidas da esquerda e ao trabalhismo e visavam modelar as atitudes políticas de membros selecionados das classes trabalhadoras. In Dreifuss, René Armand — *Op. Cit.*, p. 310.

¹⁹ WIARDA, Howard J. — *Op. Cit.*, pp. 58-85.



local e estadual, ex-alunos das escolas de líderes obtiveram importantes posições de liderança nos Sindicatos e Federações. Colaborando com a estrutura sindical oficialmente estabelecida, o movimento operário circuilista — ao menos em alguns sindicatos e em algumas áreas — passou a representar um sério desafio aos comunistas e outros da extrema esquerda, os quais tinham se tornado cada vez mais dominantes no sistema sindical brasileiro²⁰.

“Mencione-se que por ocasião do movimento de 31 de março de 1964, os Círculos Operários estavam entre os primeiros a dar apoio à nova ordem das coisas, em flagrante contradição com outros grupos que orientavam sua ação com base na Doutrina Social da Igreja. Nesse episódio pode-se dizer que os círculos se alinharam ao lado das classes dominantes (tanto da burguesia agrária, como industrial) e com os setores mais conservadores da própria Igreja, como por exemplo, Dom Sigaud, Bispo de Diamantina, e à organização de direita “Tradição, Família e Propriedade” (T.F.P.)”²¹.

O comprometimento do Movimento Circuilista, a partir de seu posicionamento favorável ao Golpe Civil-Militar de 1964 e, posteriormente, fornecendo quadros “politicamente não-comprometidos” para preencher o “espaço vazio”, deixado após a intervenção na maioria das organizações operárias, fez com que a CNCO (hoje designada CBTC) fosse identificada, entre os setores mais progressistas do movimento sindical e da Igreja Católica, como sendo um movimento em prol da manutenção do atual modelo de dominação político-sindical.

Ao lado desta vertente mais conservadora e reformista, também se articularam setores mais progressistas — JAC, JOC, JUC, JIC — que se organizam oficialmente em fins da década de 40 e início dos anos 50. Tais grupos, principalmente na década de 60, vão ter um outro tipo de atuação, não só dentro da própria Igreja, mas também ao nível do próprio movimento operário e sindical brasileiro.

2.2. Os Movimentos de Ação Católica e a Frente Nacional do Trabalho

Em 1948, a Ação Católica Brasileira, fundada oficialmente por Dom Leme e pelo episcopado brasileiro em 1935, sofre uma alteração fundamental: abandona o modelo tradicional italiano, de divisão entre os ramos masculino e feminino, e adota o francês, de separação por classes e categorias sociais. Organizada para os leigos, mas diretamente ligada à hierarquia, a ACB vai desempenhar a partir daí um papel de maior importância na renovação da Igreja Católica Brasileira.

O primeiro grupo “especializado” que se constituiu oficialmente (em 1948) é a Juventude Operária Católica (JOC). Em 1950, funda-se a Juventude Agrária (JAC), a JEC (estudantes secundaristas), a JUC (universitários) e a JIC (juventude independente agrupando os que não se encaixavam nas outras categorias)²².

Estes movimentos ganham vulto e ampliam seu campo de atuação no período anterior a 1964, devido ao crescente clima de mobilização e de participação so-

cial e política dos vários setores da sociedade brasileira.

É dentro dos marcos do próprio movimento operário e sindical, do processo de radicalização dos conflitos de classe no interior da sociedade brasileira (no período de 1960 a 1963) e de diversificação da atuação autônoma dos vários setores leigos em relação à hierarquia da Igreja, que talvez se possa entender o surgimento, em São Paulo, da Frente Nacional do Trabalho, e a atuação dos vários movimentos de ação católica, retro-mencionados.

A Frente Nacional do Trabalho foi fundada em 29 de maio de 1960, por um grupo de trabalhadores, advogados, padres e estudantes que vinham tendo uma atuação no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, com sede em Perus.

Após as greves de Perus em 1958 e 1959, “tanto os advogados como o sindicato de Perus eram procurados por trabalhadores de outras fábricas que ficavam sabendo da prática de luta no dia-a-dia e das vitórias conseguidas. Trabalhadores de outras categorias, desconhecendo a legislação sindical brasileira, queriam se associar ao sindicato de Perus²³.

É assim que em 1969 nasce a idéia de se fundar um movimento que pudesse atender às solicitações feitas por trabalhadores de várias categorias. Nasce, então a F.N.T., numa “assembléia na qual estavam presentes mais de mil trabalhadores de Perus, Cajamar, Caieiras, São Paulo e Santo André”²⁴.

Quando de sua criação, o núcleo central da F.N.T. ficou sediado em São Paulo, mas criaram-se sub-sedes nos municípios de Jundiaí (em 1963), Santo André (em 1962) e Osasco (em 1962)²⁵.

Embora nascendo de necessidades sentidas por trabalhadores de algumas categorias que estavam atuando em movimentos específicos, na última metade da década de 50, a idéia de sua articulação não surgiu apenas como a expressão da reivindicação daqueles trabalhadores que procuravam o Sindicato de Perus.

A Frente Nacional do Trabalho surge por iniciativa de um grupo de militantes católicos que atuavam no movimento sindical, com os seguintes objetivos:

“A Frente Nacional do Trabalho é uma associação civil, congregando homens que vivem do trabalho, em busca da aplicação da doutrina social cristã, dentro dos princípios da “*Rerum Novarum*” (...) “Para atender

²⁰ WIARDA, Howard J. — *Op. Cit.*, p. 18.

²¹ FELICÍSSIMO, José Roberto — *Op. Cit.*, p. 20.

²² SALEM, Helena (coord.) — *A Igreja dos Oprimidos*. São Paulo, Editora Brasil Debates Ltda., Coleção Brasil Hoje nº 3, 1981.

²³ *Cadernos de Formação*, Série Vinte Anos de Luta, 1º Caderno, p. 21.

²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 21.

²⁵ *Cadernos de Formação*, Série Vinte Anos de Luta, 2º Caderno, pp. 47-48. O núcleo de Jundiaí foi extinto em 1971; em julho de 1980 foi reinaugurado; o de Santo André foi extinto. A partir de 1980, além do núcleo central inaugurou-se no Jardim Brasil, em São Paulo, uma outra sub-sede.

ao seu objetivo constituiu uma comunidade de serviços, onde presta assistência jurídica a trabalhadores, a sindicatos e ministra cursos de doutrina social"²⁶.

O grupo idealizador e articulador da F.N.T. provinha dos quadros do movimento de ação católica (JOC e JUC) e do Movimento de Economia e Humanismo (liderado pelo Padre Lebret). Desde a sua origem, a F.N.T. manteve (e mantém até hoje) relações com alguns dos setores mais progressistas do episcopado paulista e brasileiro. Contudo, do ponto de vista organizativo a Frente nunca esteve formalmente vinculada à hierarquia da Igreja. Quando de sua fundação, a F.N.T. organiza-se como uma entidade para-sindical, plasmada por uma perspectiva de sindicalismo cristão, que procurava nuclear, orientar e capacitar trabalhadores para atuarem organizadamente, não só nos sindicatos, mas principalmente ao nível do próprio movimento operário-sindical.

Segundo nossa hipótese, a F.N.T. teria se estruturado em virtude de duas ordens de necessidades. Primeiro, para garantir um certo nível de organicidade e continuidade aos movimentos grevistas nascidos a partir de lutas específicas (levadas a efeito, como vimos, pelos trabalhadores de Perus, Pirajuí, Caieiras, Santo André) e que extrapolavam os limites respectivos de organização impostos pela estrutura sindical oficial. E, em segundo lugar, para marcar, dentro do movimento operário-sindical paulista, a presença de uma orientação político-ideológica específica (pautada numa concepção humanista e cristã), que se contrapunha, como já vimos, ao bloco político hegemônico no interior do movimento sindical pré-64.

Contudo, quando se considera, de forma mais pormenorizada, a história de mais de vinte anos da F.N.T., nota-se que ela vai-se redefinindo, tanto do ponto de vista organizativo, como político-ideológico. Com relação a esta última dimensão, constatou-se que houve mudanças na concepção de sindicalismo esposada e veiculada através das práticas de capacitação. Nos primeiros anos de sua existência, predominou a orientação cristã, mas ao longo dos anos, esta orientação foi sendo questionada e superada. Atualmente, defende-se na F.N.T., o princípio de um sindicalismo independente e autônomo do Estado, a necessidade da atuação no interior dos sindicatos oficiais, a organização de comissões representativas nos locais de trabalho, e o pluralismo sindical, entendido como sendo a expressão da existência de várias correntes políticas, atuando dentro do movimento sindical.

A redefinição da perspectiva político-ideológica, enquanto entidade, também se refletiu sobre a proposta e as práticas de capacitação levadas a efeito pela F.N.T., desde 1963 até nossos dias²⁷.

Nos itens precedentes, fizemos um breve retrato das principais agências e programas de capacitação levados a efeito, em sua maioria, por grupos vinculados às classes dominantes (exceção feita à F.N.T. e aos movimentos de ação católica).

Constatou-se que não foram poucos os intentos das classes dominantes em obstar o crescimento da solidariedade entre as classes subalternas e estimular atra-

vés de atividades de capacitação o crescimento de uma perspectiva político-ideológica dependente da visão dominante.

Qual era a contra-ofensiva que as correntes clasistas do movimento operário e sindical ofereciam diante das investidas da classe dominante, no que diz respeito à capacitação de líderes e dirigentes sindicais?

Considerando-se, num primeiro momento, o nível de informação política, que consistia basicamente no estabelecimento de canais de comunicação entre dirigentes e suas bases, poder-se-ia dizer que a imprensa operária continuava sendo o instrumento de politização mais empregado.

Ao lado da utilização da imprensa operária (aliás, instrumento tradicionalmente empregado no movimento sindical brasileiro e internacional) utilizavam-se como chamariz os "cursos convencionais" (de legislação, alfabetização etc. . .) a partir dos quais se tentava desencadear uma perspectiva crítica e política, mais voltada para os interesses das classes trabalhadoras.

Alguns sindicatos, principalmente os que possuíam condições financeiras para tanto, como por exemplo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, começaram, em torno de 1959 e 1960, a organizar cursos próprios de legislação sindical.

"Tais cursos, que constituíam novidade nos sindicatos, constituíam um pretexto: dávamos 50% do curso sobre legislação trabalhista, mas os professores e os responsáveis pelos cursos eram políticos que tinham a preocupação de encaixar a legislação, dentro de um enfoque político. Então, era natural, era quase normal, o sujeito, dando uma aula de férias, falar sobre as reformas de base (...) Nesses cursos se procurava conjugar o interesse que movera o operário a comparecer (conhecer as leis, os seus direitos), com uma preocupação, de que ele saísse de lá com algo a mais na cabeça, com algumas interrogações. E muitos iam para as fábricas com algumas interrogações e depois se desenvolviam, muito mais na base do autodidatismo e do contato com os seus companheiros"²⁸.

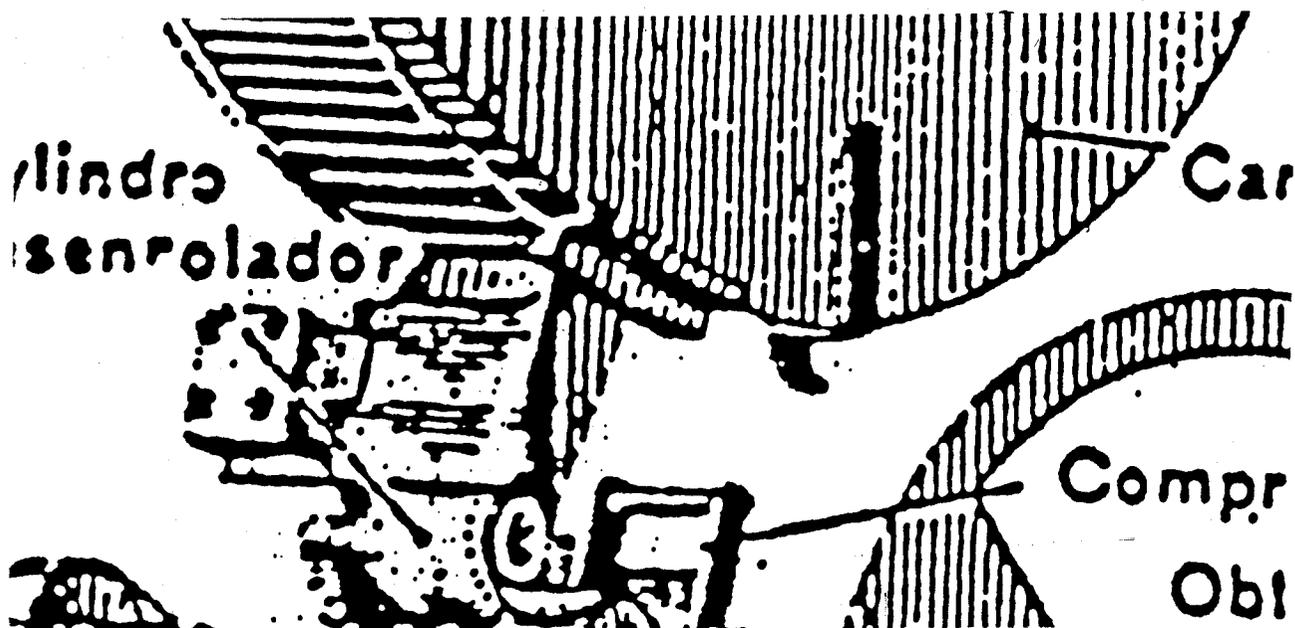
Nesse sindicato, em 1960, esses cursos de legislação foram substituídos por aulas e palestras sobre a história do sindicalismo no mundo, com a intenção de desenvolver entre os trabalhadores uma visão histórica. Esses cursos foram ministrados até 1964, quando o sindicato sofreu intervenção e sua diretoria foi cassada.

Como se pode observar, com raras exceções, pouco se investia em cursos de capacitação para os trabalhadores de base. Essa formação ficava muito mais por conta do interesse pessoal do trabalhador, conjugado com sua progressiva inserção na militância sindical, como ativista.

26 Documento Interno — Boletim da F.N.T., julho, 1961.

27 A este respeito ver MANFREDI, Sílvia M. — *Op. Cit.*, pp. 130-176.

28 Depoimento de um ex-dirigente sindical metalúrgico em entrevista concedida à autora, em 1982.



Contudo, tais cursos específicos de capacitação eram organizados para as lideranças fora do contexto institucional.

“Nunca existiu, a não ser clandestino, no sindicato, curso que tivesse justificativa legal porque a legislação não permite”.

“Com o objetivo de ganhar os militantes para as idéias do Programa, intensifica-se o trabalho de educação marxista-leninista do Partido (PC do B). Realizaram-se inúmeros cursos, editam-se obras dos clássicos e divulgam-se materiais e documentos de muitos partidos irmãos. O estudo da doutrina do proletariado começa a ser feito de maneira mais sistemática”²⁹.

“Os comunistas que dirigem as organizações sindicais precisam receber assistência constante e eficiente. Maior atenção deve ser concedida à formação de quadros para a atividade sindical através da organização de cursos específicos e do apoio às iniciativas que alguns sindicatos vêm tomando nesse sentido. Um papel importante pode ser desempenhado também pela revista sindical mundial, pelos jornais sindicais editados em sindicatos, setores profissionais e empresas, pela imprensa comunista que constitui instrumento indispensável na educação política e ideológica dos camaradas dedicados ao trabalho sindical”³⁰.

Os depoimentos acima denotam que os próprios comunistas pouco fizeram avançar um programa de capacitação para as bases, pois restringiram-se aos cursos do SESI, SESC, do Ministério do Trabalho etc.. Ao passo que os dirigentes, estes sim, mereciam cursos especiais. Os cursos de capacitação para os trabalhadores em geral ficavam restritos àqueles oferecidos pelo Estado e entidades patronais, sendo que, paralelamente, se fazia um trabalho de propaganda para minimizar a influência maléfica de algumas idéias “incorretas” veiculadas através destes cursos. Esta postura, no que diz respeito à capaci-

tação, indica por um lado a não-negação da orientação dominante, ministrada através do Estado e, por outro, a utilização do meio sindical como um local propício para a arregimentação de novos quadros político-partidários, daí a prioridade ao preparo de líderes.

As propostas de capacitação e as atividades promovidas pelas correntes hegemônicas (ministerialistas e nacionalistas), estavam em perfeita consonância com o tipo de prática sindical predominante no período, que possibilitava um alto grau de mobilização, mas pouco sedimentada num trabalho de organização, a nível das bases.

Excluindo-se o trabalho de divulgação e propaganda feita através da “imprensa operária”, no período pré-64, parece ter havido apenas algumas tentativas tímidas no sentido de fazer um trabalho mais sistemático de capacitação junto às bases. Isto explicar-se-ia, por um lado, pela própria conjuntura de articulação de movimentos grevistas e de grandes mobilizações de massa, que as correntes classistas hegemônicas estavam empenhadas em desencadear e, de outro, pelo próprio estilo de prática sindical adotado pelos dirigentes comunistas e petebistas, no interior do movimento sindical, no período precedente a 1964. Uma prática sindical, muito mais voltada para a mobilização de grandes contingentes de trabalhadores e para a consolidação das posições que vinham conquistando no interior das organizações sindicais e do movimento sindical como um todo, nos setores tanto urbano como rural.

Sendo assim, é provável que as investidas mais significativas do ponto de vista de uma capacitação político-ideológica, destinada às bases, tenham se substanciado a partir das iniciativas das tendências não

²⁹ in *Documentos do Partido Comunista do Brasil – Cinquenta anos de Luta*. Balanço da Atividade Revolucionária do PC do Brasil. Lisboa, Edições Maria da Fonte, 1975, p. 50.

³⁰ TELLES, Jover – *Op. Cit.*, p. 285.

hegemônicas, ao nível do movimento sindical. As experiências de educação mais relevantes no período articularam-se, como já dissemos, ora a partir das necessidades dos grupos mais conservadores (pertencentes ao MSD e MDB), ora a partir das múltiplas formas de engajamento dos vários setores intelectuais e políticos originários da pequena burguesia (e mesmo de alguns grupos de classes populares) e que tiveram sua atuação política marcada através do movimento estudantil, dos movimentos de ação católica e dos movimentos de educação de base. Referimo-nos, em especial modo, aos movimentos de educação e de alfabetização (de âmbito nacional) desencadeados no início da década de 60 — Movimento de Educação de Base (MEB); os Centros de Cultura Popular (CPC) da UNE e UEEs; o Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP); a Campanha de Alfabetização da Secretaria do Estado do Rio Grande do Norte (“De pé no chão também se aprende a ler”), e o Programa Nacional de Alfabetização do MEC de 1964. Vários estudos realizados nesse período sobre os movimentos de alfabetização e de cultura popular ressaltam a influência que estes movimentos tiveram na politização, mobilização e organização de certos grupos e setores das classes subalternas. Contudo, no que diz respeito à capacitação para atuar no movimento sindical (do setor rural), o MEB teve uma atuação bem mais ativa e direta que os demais movimentos e/ou experiências. Recente trabalho concluído por Wanderley³¹ discute em profundidade as práticas e a orientação do MEB nesse sentido.

A EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO SINDICAL PERÍODO 1964 a 1974

Durante o período posterior ao golpe de 1964, o quadro geral da educação no movimento sindical não se altera muito. Após o golpe, em virtude das intervenções que ocorreram nas entidades sindicais, aumenta a oferta de serviços educacionais a partir daquela perspectiva suplementar que já se esboçava no período pré-golpe. Através de informações obtidas nos anuários estatísticos de 1962 a 1974, constatou-se a existência de três tipos de atividades educativas mais sistemáticas desenvolvidas em sindicatos no Estado de São Paulo: os cursos regulares de 1ª e 2ª Graus, os cursos pré-vocacionais e os incluídos sob a designação de outros onde estão incluídos os cursos especiais, não regulares, e que não correspondem a nenhum grau de escolaridade formal.

Há, portanto, uma tendência em se ampliar os serviços educacionais na perspectiva de suplementação. Isso pode ser constatado através do aumento do número de cursos primários que passam de dois (em 1962) para dez (em 1969) e o aumento dos cursos pré-vocacionais que passam de sete (em 1962) para dezenove (em 1969).

Essa mesma tendência se acentua no período posterior de 1970 a 1974. Enquanto que no período de 1964 a 1968 a média de cursos primários oferecida era de oito, no período posterior tal média sobe para vinte e três. O mesmo aumento se constata com relação aos cursos secundários, cuja média vai de quatro (no período

1964/1969) para vinte e três (no período 1970/1974).

Contudo, no período da resistência (1970/1974), ao lado das iniciativas de ampliação da oferta de cursos regulares, também surgem outras iniciativas que se afastam da orientação dominante, ou seja, da educação como suplementação.

Este período, além de ter sido um período de profundo retraimento do movimento operário-sindical, ainda é pouco estudado, pois a maior parte das informações disponíveis têm que ser recuperadas através de depoimentos. Poucos são os dados e informações disponíveis através de documentos e jornais, devido ao estreito controle mantido pelos órgãos de segurança sobre a imprensa falada e escrita. O que não dizer, então, da imprensa operária.

Contudo, ocorre um fenômeno interessante. A violenta repressão que se abateu sobre o movimento operário provocou um processo de internalização e de revisões críticas, acerca das formas de atuação política e organizativas dos períodos anteriores. Este processo de internalização também teve reflexos sobre a educação.

Entre os metalúrgicos da Grande São Paulo surgem algumas atividades educativas com perspectivas distintas daquelas que visavam suprir a falta de oportunidade de acesso à escola pública. No Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos organizam-se cursos de capacitação sindical.

Os cursos de capacitação sindical foram organizados nesse sindicato por volta de 1970 e constituíram uma inovação em relação aos cursos de legislação trabalhista, em sua maioria realizadas em convênios com entidades da burocracia estatal (INPS, Delegacias Regionais do Trabalho etc.).

A proposta de criação de tais cursos surge da ini-

³¹ WANDERLEY, Luiz Eduardo W. — *Educar para Transformar — Educação Popular — Igreja Católica — Política no Movimento de Educação de Base (MEB) — 1961-1965*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2 vols., 1982 (pp. 286). Para um maior aprofundamento dos movimentos e experiências de educação popular de 1960/1964, consulte-se: (1) Brandão, Carlos Rodrigues — *Da Educação Fundamental ao Fundamental da Educação*, in *Revista Proposta*, Suplemento 1. Rio de Janeiro, FASE, set., 1977 e *A Questão Política da Educação Popular*. São Paulo, Livraria Brasiliense Editora S.A., 1980; (2) Berlink, M. T. — *CPC da UNE*. Campinas, UNICAMP, relatório de pesquisa, ed. mimeo., 1979; (3) Germano, José W. — *Lendo e Aprendendo* (A Campanha de Pé no Chão). São Paulo, Editora Autores Associados/Cortez Editora, 1982; (4) Góes, Moacyr de — *De Pé no Chão também se Aprende a Ler (1961-1964) — Uma Escola Democrática*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1980; (5) Krentz, Lucio — *Os Movimentos de Educação Popular no Brasil — 1961/1964*. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, F.G.V., Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1979; (6) Manfredi, Sílvia Maria — *Política e Educação*. 2ª ed., São Paulo, Autores Associados/Cortez Editora, 1981; (7) Paiva, Vanilda Pereira — *Paulo Freire e o Nacionalismo — Desenvolvimentista*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1980 e *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo, Edições Loyola, 1963; (8) Beisiegel, Celso de Rui — *Política e Educação Popular (A Teoria e a Prática de Paulo Freire no Brasil)*. São Paulo, Editora Ática S.A., 1982.

ciativa da direção do sindicato, que responsabiliza um dirigente sindical pela organização e coordenação do setor de educação, o DEC (Departamento de Educação e Cultura).

Do ponto de vista de seu conteúdo e de sua proposta metodológica, os cursos de capacitação sindical surgem como alternativas à perspectiva tradicional e se propõem a ser práticas educativas que sirvam de "saber-instrumento" para uma prática sindical mais condizente com as necessidades e prioridades do próprio movimento sindical, e para incentivar uma maior participação dos trabalhadores no sindicato³².

Os cursos intensivos de capacitação sindical, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, parecem revelar a emergência de uma outra perspectiva, em que as atividades educativas passam a ser programadas em virtude das próprias necessidades e características da prática sindical.

Outras atividades educativas também dirigidas às bases, foram retomadas a partir de 1974 pelas entidades sindicais — os Congressos Operários.

Em 1974, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo organiza o I Congresso de Trabalhadores. Enquanto atividade educativa, o Congresso constituiu uma tentativa de organizar e propiciar o debate entre a direção e os militantes de base³³ e foi realizado sob a presença de forte contingente policial.

O tema desse Congresso³⁴ (que contou com a assessoria do DIEESE) possibilitou a emergência de posturas críticas com relação à situação do sindicalismo brasileiro, notadamente em relação à sua dependência estrutural do Estado, ao baixo nível de representatividade dos sindicatos e seu distanciamento das fábricas.

As resoluções finais reafirmam a necessidade de uma redefinição da estrutura sindical, ressaltando a necessidade da autonomia e da liberdade sindical, ambas sendo fruto, contudo, de um trabalho a ser organizado ao nível das bases, com a finalidade de se estimular a participação dos trabalhadores da categoria no sindicato e realizar um trabalho de conscientização.

Para concretizar esse trabalho, foram aprovadas em sessão plenária duas propostas:

"1. Implantação e manutenção de cursos de capacitação sindical, destinados a todos os associados, englobando toda e qualquer matéria que possa influenciar positivamente a vida do Sindicato e dos trabalhadores em geral. Neste tipo de cursos, tentaremos ampliar a visão do trabalhador com referência a todos os problemas que nos cercam, propiciando conhecimentos mínimos para uma efetiva participação na vida sindical.

2. Realizações de assembleias mensais, sem caráter deliberativo, nas quais serão esclarecidos assuntos atuais e palpantes de interesse do trabalhador, incluindo-se palestras a serem proferidas por personalidades do mundo econômico, social e político do país".

Segundo as informações de que dispomos, esses cursos de capacitação não foram implantados após o término do I Congresso. O fato de terem sido apontados como necessidade para sedimentar os trabalhos de base, isso já indicaria, em nossa opinião, a preocupação com atividades educativas que pudessem ser utilizadas

como espaços para atrair e estimular a participação dos trabalhadores em seus sindicatos.

Nos anos que se seguem, 1975 e 1978, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo organiza outros congressos: II Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em 1976; III Congresso, em 1978; e I Congresso da Mulher Metalúrgica, em 1977, com o objetivo de reaglutinar os militantes dispersos e incentivar maior participação dos trabalhadores de base³⁵.

O que há de novo nas propostas de encontros, congressos e cursos de capacitação neste período é o surgimento de uma perspectiva de educação nascida da iniciativa dos próprios dirigentes e militantes sindicais, tendo em vista as necessidades específicas do próprio movimento. Esta nova tendência que se gesta durante o período de resistência vai se reavivar a partir de 1978, com as greves de 1978 e 1979 e o ascenso do movimento operário-sindical.

O ASCENSO DO MOVIMENTO OPERÁRIO-SINDICAL CRIA NOVAS NECESSIDADES E PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS — (O PERÍODO PÓS-75)

Durante o período de 1975 a 1979 pode-se identificar, no interior do movimento sindical paulista, o aparecimento de uma nova perspectiva (já esboçada no período da resistência), no que diz respeito às propostas e práticas de capacitação para dirigentes e militantes sindicais. Contudo, essa perspectiva, que se reaviva após o ascenso do movimento operário-sindical no período 1978/1979, ainda não constitui uma tendência dominante dentro do movimento, pois a perspectiva "tradicional" ainda persiste.

Segundo os dados colhidos nos anuários estatísticos, as entidades sindicais ainda continuam oferecendo os cursos regulares — cursos primários, cursos secundários e cursos pré-vocacionais. Contudo, se considerarmos o total de trabalhadores atendidos nos cursos regulares (incluindo os três tipos acima mencionados) e os compararmos com o número de trabalhadores sindicalizados, notaremos que a oferta é insignificante: em 1976, os alunos atendidos representavam apenas 0,5% do total de sindicalizados; em 1977, representavam 0,9% do total e em 1978, 1,0%.

Em 1978, no Estado de São Paulo, para um total de 540 sindicatos, haviam se prestado serviços assisten-

³² A respeito dos cursos de capacitação sindical no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ver MANFREDI, Silvia Maria — *Op. Cit.*, pp. 215-289.

³³ Ver a esse respeito, Vidal, Paulo N. — *O Brasil ainda será um grande São Bernardo*. In *Folhetim*, Folha de S. Paulo, 11.05.1980.

³⁴ Documento apresentado no I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, realizado em setembro de 1974, p. 6.

³⁵ RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines — *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo — 1977/1979*, vol. 1. São Paulo, F.G./Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.

ciais para 8.399.302 trabalhadores, enquanto que apenas 3.991 haviam participado de atividades educativas regulares.

Esses dados são bastante desanimadores, pois demonstram que os recursos dos sindicatos (provenientes dos próprios trabalhadores através do imposto sindical) são primordialmente alocados em serviços assistenciais. E mesmo dentro dessa perspectiva "assistencialista" os serviços educacionais ocupam uma posição restrita e insignificante.

Segundo a pesquisa do DIEESE³⁶ (1980), constatou-se uma progressiva expansão (ainda que lenta) a partir de 1978, de cursos intensivos de curta duração, como por exemplo: cursos sobre sindicalismo, palestras e seminários, tanto no Estado de São Paulo, como na Grande São Paulo. Os dados desta pesquisa revelam que, nas entidades sindicais da Grande São Paulo (a partir de 1978), tende a aumentar o número de cursos intensivos, palestras e seminários, em detrimento de cursos regulares. Em 1978, das vinte entidades que responderam à pesquisa, 40% haviam realizado cursos intensivos; 35%, palestras; 15%, seminários. Os cursos regulares haviam sido oferecidos por apenas 20% das entidades. Em 1979, há um aumento das entidades que oferecem cursos intensivos (50%), palestras (35%) e seminários (35%), e um decréscimo das que oferecem cursos regulares (15%).

A mesma tendência notou-se no Estado de São Paulo como um todo.

Com relação ao número de atividades educativas do tipo cursos intensivos, seminários, congressos e palestras, há não só um pequeno aumento de entidades sindicais que tendem a promover tais atividades, como também um aumento da média de atividades de 1978 para 1979.

Esses dados parecem indicar uma tendência das entidades sindicais a se dedicarem a ministrar cursos que estejam mais voltados para as suas necessidades, abandonando um pouco a tarefa de suplência em relação a funções que seriam do Estado, como, por exemplo, a manutenção de cursos de ensino de 1º e 2º Grau e Profissionalizantes.

A análise dos temas sobre os quais foram desenvolvidos os cursos intensivos, parece também corroborar um pouco para afirmar tal tendência. Cursos estruturados com o objetivo de treinar líderes e militantes sindicais, para introduzir temas sindicais da atualidade — estrutura sindical, economia brasileira e política salarial — apresentam um leve aumento percentual de 1978 para 1979, principalmente entre as entidades sindicais da Grande São Paulo.

Os cursos sobre temas referentes à legislação trabalhista, embora se mantenham, não são intensificados. Isto se nota tanto nas entidades sindicais da Grande São Paulo, como nas do Estado. Em geral, os sindicatos não oferecem cursos de administração sindical, ficando esta tarefa para as federações e, ainda assim, em número pouco expressivo (apenas uma das sete federações alegou estar administrando cursos deste tipo). Quanto aos cursos de segurança no trabalho e formação profissional, também houve um aumento maior entre os sindicatos.

Os cursos de capacitação sindical foram desen-

volvidos nos seguintes sindicatos da Grande São Paulo: Sindicato dos Metalúrgicos, Construção Civil, Bancários e dos Trabalhadores em Indústrias Urbanas. No Estado de São Paulo, tais cursos foram desenvolvidos nos sindicatos dos trabalhadores rurais, metalúrgicos, bancários, trabalhadores do setor de transporte (portuários) e trabalhadores das indústrias urbanas. Tanto na Grande São Paulo quanto no Estado de São Paulo a maior incidência de cursos se deu no período de 1978 a 1979, e em sindicatos de trabalhadores metalúrgicos.

Os dados referentes a palestras e conferências promovidas pelas diferentes entidades sindicais do Estado de São Paulo, apontam para a mesma perspectiva já detectada através dos cursos, ou seja, o deslocamento para temas de interesse do movimento sindical: 33,9% dos temas enfocados em palestras referiram-se a questões da política econômica e social do Estado em relação à classe trabalhadora, 27,5% trataram de temas referentes à estrutura sindical brasileira e à formação de quadros; 20,2% trataram de temas mais específicos de legislação trabalhista (envolvendo os direitos e proteção no local de trabalho). Além disso, aumentou o número de encontros e congressos de categorias específicas de trabalhadores, o que significou 9,2% das atividades educativas realizadas no período de 1978 a 1979. Temas referentes à previdência social e administração e contabilidade sindical ficaram reduzidos a apenas 1,0% no conjunto de temas abordados. Além disso, continuam sendo as entidades sindicais de metalúrgicos, químicos, bancários, as que mais promoveram atividades educativas no período de 1978 a 1979, enfocando (notadamente entre os metalúrgicos e bancários) temas específicos relacionados com a estrutura sindical brasileira e a conjuntura econômica e política nacional.

Esses dados, pouco expressivos do ponto de vista quantitativo, se considerarmos o número total de entidades sindicais existentes, parecem, contudo, indicar que se estaria gestando, nas entidades sindicais de base, alternativas próprias de capacitação, mais voltadas para os temas de interesse dos próprios trabalhadores e, conseqüentemente, mais em direção ao atendimento das bases. Direção, aliás, já apontada no capítulo anterior, quando nos referimos aos "Congressos" realizados entre 1974 e 1975.

No que diz respeito à formação de dirigentes, também há alterações quantitativas e qualitativas em relação aos períodos anteriores:

— há um aumento na porcentagem de dirigentes que procuram fazer cursos de capacitação. Segundo a pesquisa de Marcondes, em 1964 apenas 23,0% dos dirigentes haviam freqüentado algum curso de formação. Já, segundo a pesquisa do DIEESE, essas porcentagens cresceram a partir de 1978: 70% dos dirigentes da Grande São Paulo e 85,2% dos dirigentes do Estado freqüentaram cursos de capacitação.

— além disso, há uma diferenciação quanto às entidades procuradas para fazer os cursos. Aumenta, em

³⁶ DIEESE — *Situação da Educação Sindical no Brasil*. São Paulo, ed. mimeografada, 1981.

relação a 1964, a porcentagem de dirigentes que procuraram fazer os cursos oferecidos em entidades sindicais e educacionais e diminuiu a participação desses dirigentes em cursos oferecidos por entidades patronais e internacionais.

Esses dados indicam que, a partir de 1978, as próprias entidades sindicais passam a assumir os cursos de capacitação para dirigentes. Ao mesmo tempo, essas mesmas entidades sindicais (principalmente os sindicatos) tomam para si a responsabilidade de promover cursos, palestras, congressos e conferências, voltados para a capacitação das bases.

Nesse sentido, poder-se-ia então afirmar que o ascenso do movimento operário e sindical pós-75, principalmente após as greves de 1978 e 1979, levou as entidades sindicais a estabelecerem seus próprios programas de atividades educacionais, de modo que estes venham a atender aos interesses e necessidades de cada categoria, onde as atividades de capacitação adquirem, virtualmente, maior importância enquanto práticas de reciprocidade das lideranças e para estimular a participação das bases. Contudo, há que se ressaltar que as práticas de capacitação para dirigentes ainda são o "foco central" das preocupações.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo nossas pesquisas, e as considerações que fizemos nesse artigo sobre a educação no movimento sindical de São Paulo nos diferentes momentos conjunturais (de 1960 a 1978), concluímos que:

i) as práticas de capacitação sindical sempre fizeram parte da história do movimento; contudo, sofreram alterações quantitativas e qualitativas no decorrer do período considerado. Até 1964, essas práticas eram em sua maioria agenciadas por entidades externas ao movimento sindical — entidades patronais (SENAC, SENAI, Associações Comerciais e Industriais); governamentais (Ministério do Trabalho; Delegacias Regionais do Trabalho, INPS, INCRA, BNH, etc.); educacionais (Universidades, Faculdades, Institutos) e entidades internacionais (IADESIL, AFL-CIO, Ponto IV). No movimento sindical, predominavam as experiências levadas a efeito por entidades extra-oficiais vinculadas a grupos e facções políticas com orientações conservadoras, reformistas e revolucionárias. Predominavam as iniciativas da Igreja Católica — através dos círculos operários, dos movimentos de ação católica (JUC, JAC, JOC, ACO e ACR) do MEB, as iniciativas do complexo IPES/IBAD, de orientação nitidamente patronal, as iniciativas dos partidos políticos (PTB, PC, PC do B e talvez outros). Em 1960, articula-se a F.N.T. e, em 1963, o I.C.T.. Convém, ainda, ressaltar a influência de outros movimentos de educação e alfabetização (CPCs da UNE e UEEs, o MCP, a Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler" e o PNA) que, indiretamente, também desempenharam um papel educativo na linha de educação política e sindical de alguns setores das classes subalternas, embora não tenham sido criados para atuar diretamente junto ao movimento sindical, em São Paulo. No período que vai de 1964 a 1974, desarticulam-se muitas das agências

acima mencionadas, por força da intensa repressão que houve sobre o movimento sindical, em todo o país, não só em São Paulo. Começam, a se desenvolver experiências e iniciativas autônomas e isoladas, por algumas entidades sindicais (inicia-se a experiência de capacitação, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) e grupos de trabalhadores isolados. Alguns núcleos da OSMSP (Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo) realizavam encontros e seminários em associações de bairro, igrejas. A maioria das entidades sindicais intensifica a prestação de serviços educativos na perspectiva de suplência: cursos regulares de 1º e 2º Grau; Cursos Supletivos de 1º e 2º Grau e Cursos Pré-Vocacionais. No período de 1975 a 1978, ainda persiste a tendência das entidades sindicais se dedicarem a ministrar os cursos que deveriam ser oferecidos pelo Estado. Contudo, começa a despontar ao lado desta perspectiva assistencialista e de suplência, a necessidade de desenvolver atividades mais voltadas para os interesses do próprio movimento. Desenvolvem-se cursos intensivos, seminários, congressos e palestras com o objetivo de treinar militantes e ativistas sindicais; reciclar dirigentes e reativar a reorganização dos trabalhadores. A tendência das próprias entidades sindicais chamarem a si a responsabilidade de "capacitar e treinar" dirigentes e trabalhadores, intensifica-se com o ascenso do movimento sindical e grevista após 1978/1979. Contudo, essa perspectiva de internalização ainda não é dominante no interior do movimento sindical da Grande São Paulo. Ainda há o predomínio da prestação de serviços educacionais na linha de suplência. Isso, no caso das entidades sindicais que prestam serviços educacionais, pois a grande maioria delas restringe-se a prestar serviços de assistência médica-hospitalar.

ii) especificamente em relação às práticas de capacitação sindical, coexistem e coexistiram simultaneamente *propostas* com eixos político-ideológicos distintos, orientadas tanto para a perspectiva da emancipação político-ideológica das classes trabalhadoras, como para a de controle e de cooptação.

iii) ainda com relação a estas práticas, sempre foram dirigidas prioritariamente aos quadros políticos mais avançados ou dirigentes. Contudo, a partir de 1977 e 1978, começa a se esboçar a preocupação das próprias entidades sindicais (particularmente os sindicatos) em promover práticas de capacitação para as bases, através de cursos, palestras, conferências e congressos.

iv) as práticas e propostas de capacitação encontradas, ao nível do movimento sindical, variam (quanto ao ritmo de oferta e procura, programas e metodologia) por injunção das condições políticas gerais da sociedade e da dinâmica específica do movimento operário-sindical. Nas conjunturas em que o movimento atinge "picos" de extrema mobilização e intensificação de suas lutas, há um retraimento das atividades de capacitação, ao passo que nas fases de interregno, estas práticas são retomadas como instrumentos auxiliares para: reaglutinar ativistas, intensificar a formação de outros trabalhadores que despontarem nas fases de pico do movimento, ou mesmo como um espaço de reflexão e discussão para a redefinição de novas diretrizes. As condições políticas

gerais, obviamente, afetam não só as possibilidades de realizar tais atividades, como também influem: a) no sentido de colocar novos desafios (problemas e temas de discussão) e b) possibilitar a diversificação de espaços e propostas, convergindo para as diferentes posições político-ideológicas. Nos períodos de maior repressão, as tendências classistas tendem a ser reprimidas, ao passo que a partir de 1978, quando o regime político brasileiro evolui na direção de uma "democracia tutelada", há a possibilidade de que as principais tendências e grupos de esquerda se expressem e se rearticulem (oficiosamente). Contudo, também se criam possibilidades para que se reativem, como no período pré-1964,

as iniciativas de capacitação agenciadas pelo Estado e pelas classes dominantes, no sentido de exercer o controle político-ideológico sobre as classes trabalhadoras.

v) as propostas e as práticas de capacitação não são neutras, nem apolíticas. Refletem através de seus objetivos, conteúdo e metodologia, as intenções político-ideológicas dos seus agentes promotores. Fazem parte dos projetos e das estratégias políticas de atuação dos diferentes grupos, correntes e partidos que disputam a hegemonia, no interior do movimento operário-sindical. Essa disputa é, em última instância, a expressão da luta político-ideológica global, que se dá intra e inter-classes, ao nível da sociedade em seu conjunto.

EDUCAÇÃO SINDICAL NO BRASIL: RESUMO DE UM SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO

Durante os dias 3 e 4 de dezembro de 1982, realizou-se no Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILDES) um seminário sobre Educação Sindical no Brasil.

Para que o leitor tenha um quadro de como está sendo entendida a questão da Educação Sindical hoje, e as dificuldades de implantação de programas desta natureza no momento, reproduzimos um resumo do seminário, extraído da gravação dos depoimentos e debates.

A. Observações Gerais

Como constatação de ordem geral, deve-se assinalar que o Brasil mal iniciou a implantação de programas de Educação Sindical. A própria realização do seminário, como já mencionado, resultou da enorme dificuldade em coletar material escrito sobre o assunto, simplesmente devido à sua escassez.

Em 1980/81, o DIEESE realizou um levantamento sobre atividades de Educação Sindical e elaborou um relatório com base nos questionários preenchidos, onde se confirma a precariedade da Educação Sindical no país.

O CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação sequer possui o título "Educação Sindical" como entrada em seus arquivos, o que é ilustrativo do fato de que ela ainda não constitui, entre nós, um

campo próprio e definido. O Centro, ligado à atuação das Igrejas Católica e Protestante junto aos movimentos populares, existe há 12 anos. Até hoje recebeu apenas dois pedidos de informações sobre Educação Sindical. E não pôde atendê-los, obviamente, pelo motivo citado. Para o CEDI, como aliás é comum no Brasil, Educação Sindical é confundida com educação popular ou educação de adultos.

Em segundo lugar, assinala-se que grande parte das atividades educacionais que se realizam em sindicatos, resultam de iniciativas tomadas por entidades extra-sindicais — governo, igrejas, partidos e correntes políticas — normalmente com propósitos conscientizadores. Em que pese a importância dessas iniciativas como contribuição à politização e maior nível de participação dos trabalhadores, já vimos que essas formas de educação não devem ser confundidas com Educação Sindical.

B. Alguns Antecedentes

Vejamos brevemente alguns aspectos daqueles movimentos de educação popular pois eles compõem, para bem ou para mal, os antecedentes do quadro atual da Educação Sindical no Brasil.

Tais movimentos serão estimulados no pós-guerra pelo próprio Estado e vão ganhar intensidade na década